

IDEOLOGIA E ECONOMIA: FETICHE, ALIENAÇÃO E MORAL NA CIÊNCIA ECONÔMICA

*IDEOLOGY AND ECONOMICS: FETISH, ALIENATION AND MORAL
THE IN ECONOMIC SCIENCE*

Joaquim Carlos Racy

Economista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), cientista político pela Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (Fesp-SP) e mestre e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do curso de Economia na UPM e na PUC-SP.

E-mail: racjo@uol.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo realizar uma breve reflexão sobre o significado de *fetich* na teoria econômica e suas implicações para o próprio pensamento econômico. Apoiado na categorização marxista do fenômeno, o texto procura explorar sumariamente e de forma crítica elementos da filosofia moral na interpretação da realidade predominante no campo da ciência econômica.

Palavras-chave: Fetich; Mercadoria; Ideologia.

Abstract

This article aims to develop a brief reflection about the meaning of *fetish* in the economic theory and its implications to the economic thought itself. Based on the Marxist categorization of the phenomenon, the text seek to explore summarily and critically some elements of the moral philosophy on the interpretation of the predominant reality of economic science.

Keywords: Fetish; Merchandise; Ideology.

O termo fetichismo é derivado da palavra *facticius* e foi adaptado à língua francesa a partir dos estudos das religiões primitivas africanas. Significa objeto de culto forte por associação simbólica ao ritual que o acompanha. Refere-se a qualquer coisa inanimada em que se reconhece um espírito apreciado não por si mesmo, mas por algum poder místico que dele emana¹.

Utilizado por Marx, assim como por certos cronistas da realidade europeia do século XIX, como um importante elemento descritivo do capitalismo, o fetichismo é um termo que ainda pode ser empregado com o sentido de revelar o comportamento dos homens na sociedade capitalista atual.

Nessa medida, segundo Marx (2006, p. 94):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho.

Para Marx, portanto, a mercadoria é a própria expressão do fetiche na medida em que, por meio da troca, e somente por esse meio, atinge valor. Isso significa que a troca confere à mercadoria a condição de uma realidade social homogênea. Os atributos intrínsecos que definem a utilidade da mercadoria para o trabalhador individual são, nessa medida, superados pela capacidade que elas têm de ser permutadas por outras mercadorias.

Daí resulta um problema do ponto de vista econômico que, para Marx, refere-se ao duplo caráter social da produção de mercadorias e de como os valores intrínsecos e extrínsecos da produção são tomados como um único valor. Em termos tradicionais do pensamento econômico, isso significa dizer que o valor de uso e o valor de troca das mercadorias se equivalem e que, na realidade, o valor de uso seja dado pelo valor de troca.

Mas, naturalmente, isso seria o produto de uma realidade definida a partir da divisão da sociedade em “classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses conglomerados humanos e entre os quais há uma que domina todas as outras”. Para a realização dessa dominação, “o interesse coletivo toma uma forma autônoma, separada dos interesses particulares e gerais na qualidade de uma coletividade ilusória” (MARX; ENGELS, 1999, p. 48).

1 “Fetichismo”, *Enciclopédia® Microsoft® Encarta*. © 1993-1999 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

É nessa perspectiva que Marx (2006, p. 103) afirma:

A polêmica monótona e estulta sobre o papel da natureza na criação do valor de troca, além de outros fatos, demonstra que uma parte dos economistas está iludida pelo fetichismo dominante no mundo das mercadorias ou pela aparência material que encobre as características sociais do trabalho. Sendo o valor de troca uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais elementos materiais da natureza do que uma cotação de câmbio.

Assim, Marx imputa aos economistas uma grande responsabilidade pela manifestação do fenômeno na medida em que é a sua teoria que permite tomar uma expressão da realidade pela própria realidade.

O sentido de fetichismo em Marx, portanto, tem importância por suas implicações com a ciência econômica. Contudo, é importante lembrar que o fetichismo, como categoria real, não se limita ao campo da economia e muito menos ao marxismo. Se o conceito de fetiche da mercadoria indica a transferência de relações sociais para as coisas no pensamento de Marx, no campo da cultura e da religião outros elementos, tais como as relíquias, os amuletos e os talismãs assumem esse papel. A mercadoria seria, nessa medida, o talismã por excelência do pensamento econômico.

Nessa perspectiva, para que não se acuse este artigo de uma defesa da compreensão exclusivamente marxiana do fetichismo como fenômeno característico da realidade capitalista, é interessante notar que Baudelaire, uma das maiores expressões da poesia e da cultura francesa do século XIX e comprometido com a descrição, por meio de um olhar crítico, sem nenhum vínculo com a tradição do pensamento científico ou do marxismo, da realidade que se instalava na sociedade parisiense no período em questão, ao visitar a Exposição Universal de Paris, de 1855, anteciperia a concepção de fetichismo de Marx, descrevendo inequivocamente à moda daquele pensador o papel da mercadoria na caracterização desse fenômeno².

Considerando as observações de Baudelaire, a realidade reinante naquela sociedade e, por conseguinte, na sociedade europeia de uma forma geral naquele período, poderia muito bem ser caracterizada por um capitalismo em

2 Para o detalhado conhecimento desse processo, ver Agamben (2007).

avançada fase de desenvolvimento e representada claramente por uma situação em que a arte se transformava em mercadoria³.

Mas Baudelaire, indo além, enxergaria outra expressão desse fenômeno, cujos desdobramentos assumem maior profundidade. Ao observar o poeta, como Marx, que a realidade capitalista, ao transformar a própria arte em mercadoria, manifesta o fetichismo como sua característica sistêmica marcante (pois todas as coisas no capitalismo são mercadorias), percebe também que nessa realidade, em seu momento de maior desenvolvimento ou naquele em que atinge seu maior grau de sofisticação, a própria mercadoria se transforma em arte (AGAMBEN, 2007). Ora, isso é a quintessência do fetichismo, expressa por alguém que vê o mundo com outros olhos que não os da ciência de qualquer espécie.

A partir disso, pode-se supor que a Economia, como campo de conhecimento a suportar toda essa realidade, esteja, então, comprometida com o processo de desenvolvimento do fetichismo. Com isso, coloca-se a questão relativa ao papel do fetichismo para a ciência em geral e para a ciência econômica em particular?

Assim, em primeiro lugar, é necessário afirmar que o conhecimento em geral, como qualquer produto, transforma-se em mercadoria na sociedade capitalista. Inescapavelmente, isso também acontece com o conhecimento no campo da Economia.

Em segundo lugar, como consequência mais importante, é preciso ressaltar que, como mercadoria, o conhecimento tem seu valor definido a partir de sua capacidade de ser permutado por outras mercadorias. E isso implica dizer que tanto maior será seu valor, quanto mais interessar à ordem estabelecida na sociedade. Nesse sentido, a ciência econômica deve atingir um alto estágio na medida em que se destaque na corroboração da ordem vigente.

Ao se apresentar como uma mercadoria produzida de maneira a mascarar o duplo caráter social de sua produção, sobretudo por razões ideológicas brevemente exploradas um pouco adiante, pode-se concluir que a Economia é um fetiche particularmente importante para a disseminação do fetichismo caro ao capitalismo.

3 Ainda de acordo com Agamben (2007, p. 74), essa ideia pode ser observada no soneto sobre as *Correspondances*.

Uma outra importante categoria para o pensamento de Marx, a alienação, em sentido estrito, refere-se ao mundo real da produção. Como manifestação concernente à condição social do trabalhador e, portanto, implicada com sua forma de ver, ou não ver, o mundo, a alienação tem raiz na forma de organização da produção capitalista.

Assim, a divisão e a especialização do trabalho, que dão substância ao capitalismo como modo de produção, particularmente na fase do capitalismo industrial, levam o produtor (trabalhador) a se separar do produto de seu trabalho, sendo esse o significado radical do termo alienação. O resultado natural de tal situação é que especializado, como resultado da divisão das tarefas de produção, o trabalhador não tem mais condições de avaliar a importância de sua participação nesse processo. Em outras palavras, o trabalhador não tem condições de reivindicar uma melhor remuneração de sua atividade, na medida em que não sabe exatamente qual é o seu papel na totalidade do ciclo produtivo. É, na verdade, essa situação que permite ao capitalista realizar a *mais-valia*.

Como homem, esse trabalhador “desenvolve uma atividade intelectual qualquer [...] possui uma linha consciente de conduta moral” (GRAMSCI, 1979, p. 11). Isso significa que ele pensa e tem ideias, inclusive quanto à sua condição na sociedade. A lacuna a que está submetido como resultado de sua condição econômica deve ser, então, preenchida de alguma maneira.

Para Marx, inclusive apoiado em Adam Smith, as ideias desse trabalhador, dada a natureza do trabalho simples que realiza no processo produtivo, são simples, mas, principalmente, são simples porque a sua participação é determinada pelas necessidades do capitalista (o proprietário do capital). Em seus termos, a divisão manufatureira do trabalho é que determina a divisão do trabalho na sociedade, isto é, o papel que os diferentes indivíduos ocupam nessa sociedade⁴.

Essa “ignorância” do trabalhador, que se expressa por meio de sua alienação do produto de seu trabalho, pode ser definida como uma manifestação da ideologia como falsa consciência e que, por seu turno, pode ser resumida como um processo em que as ideias do grupo dominante se transformam em ideias dominantes dos diferentes grupos que compõem a sociedade.

4 Para melhor entendimento da questão, ver particularmente o item 4 do capítulo XII da Parte Quarta, “Divisão do trabalho na manufatura e divisão do trabalho na sociedade”, de Marx (2006).

Naturalmente, algumas questões críticas podem ser ressaltadas a partir dessa colocação do problema. Destacam-se para efeito deste artigo as seguintes:

1. O que pensa o grupo dominante (classe capitalista) está amparado por uma maior e melhor compreensão da realidade, ou é o pensamento desse grupo superior ao que pensa sobre o mundo o grupo dominado (trabalhador)?
2. O que pensa o grupo dominante passa a ser o que pensa o grupo dominado pelo uso de que artifício?
3. O que pensa o grupo dominante é um falseamento da realidade com o intuito exclusivo de dominação?

Em primeiro lugar, para Gramsci (1979) ou, novamente fugindo do espectro marxiano de pensamento, Karl Manheim (1982), mas mesmo para Marx (2006), os homens pensam porque é de sua natureza pensar, isto é, é aquilo de que dispõem para prover sua subsistência na relação com a natureza e, portanto, é a forma que encontram de se reproduzir. Isso significa que o que pensam sobre a realidade é a expressão de sua condição real, e, nesse sentido, não há falseamento da realidade. Isso remete, inclusive, a uma segunda definição de ideologia, a de ideologia como senso comum, ou seja, conjunto de ideias com o objetivo de representar a realidade, ainda que imaginariamente⁵.

Para Marx (2006), contudo, na medida em que a sociedade se divide em classes antagônicas com o advento do capitalismo e que tais classes carregam consigo visões diferentes do mundo, encontrando-se em oposição, instala-se o principal problema da sociedade moderna e que diz respeito à ordem a que esta deve se submeter para sua sobrevivência. Assim, a dominação de um grupo pelo outro como consequência dessa situação se dá pela incorporação das ideias do grupo dominante pelo grupo dominado, o que se faz com o concurso fundamental da organização do processo produtivo.

Para tanto, também uma série de dispositivos é acionada, de forma intencional ou não. É importante lembrar historicamente que a luta pela libertação da opressão a que se encontravam submetidos os homens na sociedade feudal identificava, num primeiro momento, os diferentes grupos/estamentos que a compunham. A consolidação de uma nova ordem que, por sua vez, viria a suprimir a liberdade de uma parcela significativa da sociedade se viabilizaria com ações por parte do grupo que dela se beneficiava, no sentido de convalidar tal ordem, conferindo autoridade absoluta às ideias que a sustentavam.

5 Ver também Chauí (1982), Severino (1986) e Eagleton (1997).

É assim, por exemplo, que a atividade do mecenato se difunde e ganha expressão num momento fundamental dessa transição, correspondente ao Renascimento. Não se pode olvidar a esse propósito o caso de Maquiavel. Como “pai/fundador” da ciência política, Maquiavel só pôde desenvolver suas ideias com o suporte da família Médici, símbolo claro da nova realidade econômica e política, à sua subsistência. É natural pensar, a partir disso, que aquilo que produziu, ainda que fruto de sua compreensão da realidade, viesse a consagrar a nova ordem política da sociedade.

Por um lado, essa situação revela o processo de apropriação que o grupo dominante efetua das ideias desenvolvidas por aqueles que assumem a tarefa de pensar nessa nova sociedade. Em função disso, também se deve observar nitidamente como se desenvolve o processo de especialização da produção de conhecimento que acaba por constituir a ciência como instância da sociedade autorizada a definir verdades, naturalmente por meio de aparelhamento. Por outro, essa situação mostra a divisão que se produz na classe dominada resultante da necessidade da classe dominante, uma vez que não tem condições de construir por si mesma uma ideologia capaz de lhe dar sustentação na imposição da ordem social pretendida, de contratar trabalhadores livres, de uma nova natureza, intelectual, em contraposição ao trabalho braçal, fundamental à função precípua de acumulação.

Dessa maneira, tais trabalhadores, como homens livres e com posições sociais destacadas por força do valor de seus serviços, produzem intelectualmente em torno de dois posicionamentos extremos: ora como contraparte do grupo dominante dos capitalistas e, portanto, assumindo sua identidade trabalhadora; ora renegando essa condição, naturalmente por se verem desidentificados com o trabalho braçal. Essa situação, por sua vez, gera duas ordens de problemas muito importantes para o processo de conhecimento. A primeira diz respeito ao fato de os cientistas perceberem sua obrigação de fazer avançar livremente o conhecimento e as conseqüentes verdades; e a segunda se refere ao fato de o grupo dominante perceber-se, de algum modo, refém da ciência.

A solução do problema tem se dado historicamente de maneira muito semelhante ao que ocorre no mundo econômico: a efetivação da divisão e especialização do trabalho científico. Destarte, a especialização do trabalho no campo da ciência, implicando sua divisão assim como ocorre no campo da Economia, acaba por definir a divisão do trabalho na sociedade e o papel da ciência e do cientista nessa realidade.

Pode-se afirmar, em função disso, que a ciência tem produzido aquilo que lhe tem sido permitido produzir como resultado do processo de produção de conhecimento, ele próprio especializado. Não é por acaso que toda uma teoria crítica sobre a produção de conhecimento viria a se desenvolver no início do século XX pelos pensadores congregados em torno da famosa Escola de Frankfurt com o objetivo de denunciar esse estado de coisas, inclusive no campo do marxismo. Nessa perspectiva, toda essa realidade estaria consubstanciada com a imposição de uma razão instrumental, voltada para fins e livre de juízos éticos ou morais (HORKHEIMER, 2002), na realização do trabalho científico. Não podendo manter-se por meios próprios, a ciência transforma-se, portanto, num aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1980).

Esse estado de coisas indica que os cientistas, na maior parte das vezes, acabam por se tornar uma importante engrenagem na constituição do aparelho ideológico científico. Tendo sua formação proporcionada por recursos privados, disponibilizados em grande medida pelos grupos dominantes (no caso dos países mais desenvolvidos) ou por recursos provenientes do erário público dotado, em teoria, pelos grupos sociais em geral, mas na prática por força de uma desequilibrada arrecadação de fundos absolutamente favorável em termos relativos aos grupos dominantes (caso dos países menos desenvolvidos), os cientistas aprendem seu ofício segundo ditames estabelecidos pela ordem econômica e social que define seu trabalho como um trabalho especializado. E acabam por produzir sob duas preocupantes perspectivas: ou imaginam que, de maneira neutra, podem produzir o que suas consciências livremente lhes apontam como relevante, ou que podem fazer prevalecer por seu trabalho sua visão do mundo.

A ideologia, nesse sentido e por tudo isso, é o meio pelo qual a alienação é mascarada e se perpetua o fetiche no mundo contemporâneo.

Como parte da ciência, a Economia também apresenta manifestações da ação ideológica. Assim, a ciência econômica carrega necessariamente uma visão do mundo que corresponde à visão do mundo de seus produtores. Pode-se dizer que nesse campo de conhecimento a situação é até mais grave na medida em que, partindo da filosofia moral, a Economia está intimamente relacionada com o problema da felicidade em sua manifestação concreta.

Dessa maneira, assumir a responsabilidade de propor meios para a utilização adequada de recursos para a realização da felicidade é uma tarefa preocupante, principalmente quando se considera que a desincumbência dessa tarefa implica necessariamente o recurso a um crivo ideológico.

Como indicado anteriormente, colocada nos moldes do fazer científico vi- gente e livre de juízos e neutra, a ciência econômica ficaria mais confortável. E, de fato, foi em torno dessa posição que ela desenvolveu seu corpo teórico dominante. Contra ele devem ser colocadas então objeções muito sérias.

Nessa perspectiva, o pensamento econômico neoclássico, marginalista, tem sua raiz no utilitarismo, que é uma concepção de mundo marcadamente influen- ciada por um estado de coisas que, na visão de Marx (2006), se caracteriza por uma clara divisão de classes na sociedade e que por essa razão tem no conflito, inclusive e sobremaneira das ideias, seu principal elemento. De forma a atenuar esse conflito e suas consequências, o utilitarismo busca interpretá-lo como uma má compreensão da natureza humana. Para isso, inclusive, julga interpretar o mundo da maneira como ele é e não como deveria ser. Isso se manifesta indefec- tivamente em ideias tais como: “a especialização do trabalho e o isolamento dos produtores levam os homens a pensarem que fazem parte de um todo, mas co- mo unidades isoladas”; e “o egoísmo faz com que os homens se comportem de maneira a obter prazer e evitar a dor” etc. (HUNT, 2005, p. 240).

Ideias como essas sofrem veemente objeção. A última delas, inclusive, re- velando que a base sobre a qual o utilitarismo procura se apoiar é o epicuris- mo, foi severamente criticada por Marx ao apontar o descuido dos utilitaristas com o fato de que Epicuro não teria reproduzido as ideias de Demócrito sobre a teoria de causa e efeito no que tange à realidade humana (HUNT, 2005). Mas, acima de tudo, a ideia de que seria a prática da abstinência uma prerro- gativa dos capitalistas, o único meio de se produzir riqueza para a sociedade, revela a natureza elitista (favorecedora da visão capitalista) dessa filosofia.

Naturalmente, o utilitarismo se desenvolveu como uma resposta às teorias com corte socialista e contrastantes com a visão utilitária que começavam a se propagar, que mostravam o surgimento de novas forças políticas representa- tivas do grupo dominado, isto é, dos trabalhadores.

Dessa maneira, a elevação do utilitarismo e, conseqüentemente, da econo- mia neoclássica à condição de teoria predominante no campo da Economia correspondeu à operação ideológica no sentido de transformar as ideias do grupo dominante em ideias dominantes da sociedade. E isso se justificou em boa medida pela ideia de que seu conteúdo continha um caráter estritamente científico e, portanto, absolutamente livre de juízos de qualquer natureza. Is- so, em outras palavras, significa basicamente suprimir o caráter moral da ci- ência econômica e excluir o *status* de ciência da economia política.

Considerando, então, essa concepção asséptica de ciência, a Economia, livre das questões éticas, pode ser definida como uma ciência de relevo dentro da ordem exclusiva que lhe diz respeito na sociedade. Como parte da ordem tecnocientífica, ela serve para solucionar problemas que se definem em função de suas proposições limitadas e sem compromisso com problemas mais amplos da realidade humana.

Como a sociedade não se organiza em torno dessa única ordem, já que acima dela se colocam pelo menos duas outras, jurídico/política e moral, a importância da Economia se vê muito diminuída, passando a se subordinar a essas outras ordens na determinação das condições da realidade social (COMTE-SPONVILLE, 2005).

Na verdade, como o estudo da Economia deixa de se encontrar no campo jurídico/político (economia política) ou moral (economia política), que compõem ordens superiores na sociedade, o conhecimento econômico assume um caráter técnico ou de uma ciência menor.

O que, de fato, torna mais preocupante essa situação é a natureza dessa transformação do conhecimento econômico. Seja por alienação, seja por defesa de uma visão identificada com a dominação, os economistas tornaram a Economia um campo de estudo sobre a natureza desoladora das condições socioeconômicas num campo de estudo desolador.

A gravidade é tal que isso se dá sob uma justificativa que contradiz a assertiva fundamental da Economia como ciência baseada na própria proposição utilitária, segundo a qual a realidade se ampara num valor, o da liberdade. Isso significa que o utilitarismo, assim como a economia neoclássica marginalista, a despeito de seus esforços no sentido de elaborar uma argumentação irrefutável em defesa de sua visão da realidade, imaginando ser esta a expressão objetiva da própria realidade, tem de se basear num juízo político e moral para se verem convalidados.

Mas, não fosse a possibilidade e o dever de discutir tal valor, a operação realizada pela economia neoclássica para “desbancar” a economia política revela uma situação ainda mais importante, que é o fato de, para dar sustentação a suas proposições, eleger uma verdadeira fantasmagoria como elemento ordenador da realidade econômica, o mercado.

Nessa medida, o mercado passa a ser o demiurgo do real econômico, assim como acontecia com o estado a partir do pensamento político *hobbesiano*, dando ensejo à constituição dos Estados absolutistas. E a defesa intransigente

dessas fantasmagorias implica necessariamente a criação do fetiche. Se, como se disse anteriormente, o conceito de fetiche da mercadoria indica a transferência de relações sociais para as coisas no campo do marxismo, no campo das ciências em geral os conceitos abstratos assumem esse papel.

Felizmente, ao que parece, alguns economistas do passado e, principalmente, alguns economistas da atualidade desprezam os fundamentos sobre os quais se assenta o conhecimento econômico na perspectiva indicada. Adam Smith e parte importante de seus sucessores não tiveram qualquer problema em tratar seu conhecimento como de economia política. Assim, também, é o caso no presente do eminente prof. Amartya Sen (1999).

No entanto, essa não é a situação predominante no campo do conhecimento econômico. Por meio de alienação e conseqüente ação ideológica amparada na ciência, a Economia construiu o seu fetiche e ele domina a Economia. É ele o mercado.

Referências

- AGAMBEN, G. *Estâncias. A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros passos, n. 13).
- COMTE-SPONVILLE, A. *O capitalismo é moral?* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, Boitempo, 1997.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a formação da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MANHEIM, K. *Ideologia e utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, K. *O capital*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEVERINO, A. J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.